

Os negligenciados do zika vírus: 38% dos casos descartados em Maceió tinham microcefalia

Filhos de mães infectadas pelo zika são reavaliados por mutirão em Maceió. HuffPost Brasil teve acesso a dados inéditos dessa revisão médica.

(HuffPost Brasil, 11/12/2017 - acesse no site de origem)

“A médica disse que como ela era toda pequenininha ela era normal, aí deu o caso como descartado, que hoje é o que mais existe.”

Quando Maria Giulia nasceu, em Maceió (AL), em maio de 2016, Gilza Santos da Silva, 31 anos, não imaginava que dali a poucos meses sua rotina iria girar em torno da filha com microcefalia. São quatro dias de tratamento por semana, além do tempo das consultas, exames e da luta burocrática para conseguir medicação ou benefícios a que tem direito.

No acompanhamento da gravidez, não foi diagnosticada qualquer alteração, tampouco no nascimento. No quinto mês de vida de Giulia, após o resultado do teste do pezinho, Gilza contou à pediatra que a filha sofria com espasmos. O resultado da tomografia saiu três meses depois, quando a criança tinha oito meses. Só então ela começou a estimulação precoce.

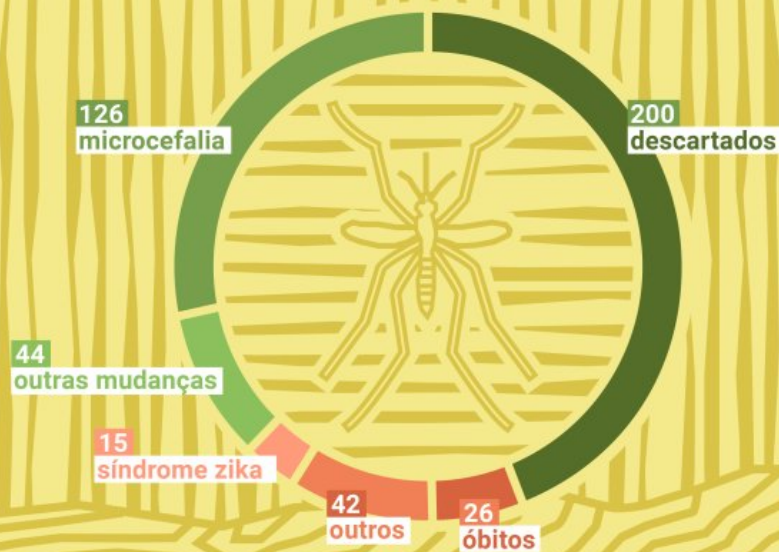
Na epidemia do zika vírus, que começou a dar sinais no Brasil em março de 2015, Alagoas se destaca pelo silêncio. Apesar de ser o [estado com pior IDH](#) (Índice de Desenvolvimento Humano) do País e vizinho de Pernambuco, Paraíba e Bahia, onde o surto da doença explodiu, 45% dos casos suspeitos de sequelas pelo vírus foram descartados de 2015 a setembro de 2017.

De acordo com pesquisa [“Zika em Alagoas: a urgência de direitos”](#), produzida pela Anis - Instituto de Bioética, o estado possui o dobro de casos descartados por nascidos vivos que a Bahia. A proporção é de 22 para 10 mil entre alagoanos e de 11 para 10 mil entre os baianos. O problema é quando há um caso como o de Maria Giulia, que foi descartado apesar da síndrome. A falta de diagnóstico resulta na falta de tratamento.

De 2015 até setembro de 2017, foram 443 bebês notificados com suspeita de zika em Alagoas. Desse total, 200 casos foram descartados e 126 ocorrências de microcefalia confirmadas, além de 44 crianças com outras alterações neurológicas e 15 com provável síndrome congênita do zika, de acordo com dados da Secretaria de Saúde de Alagoas. Outros dois casos estão em investigação.

Há ainda crianças que não resistiram. Dos 26 casos de mortes de recém-nascidos notificadas com suspeita de zika desde o fim de 2015, sete tinham laudo de tomografia sugestivo de microcefalia e três foram classificadas como provável síndrome congênita do zika.

CRIANÇAS COM CONSEQUÊNCIAS DO ZIKA EM ALAGOAS



Fonte: Secretaria de Saúde de Alagoas. Dados de novembro de 2015 a setembro de 2017

Casos suspeitos de síndrome congênita do zika em Alagoas. (Arte: Luiz Henrique Lula/Especial para o HuffPost Brasil)

Apesar de a microcefalia ser o sintoma mais associado à infecção pelo vírus na gravidez, em 2016, passou-se a adotar o termo “síndrome congênita do zika”, a fim de incluir outras características, como alterações ortopédicas, por exemplo.

Os bebês diagnosticados com essas alterações são encaminhados para neuropediatra e passam por uma avaliação multidisciplinar antes de iniciarem a estimulação precoce com fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional nos centros de reabilitação. Como até os 3 anos é a fase na qual as crianças desenvolvem habilidades essenciais, a falta de estimulação nessa idade pode ser determinante para o futuro dessa geração.

Para chegar até esse ponto, contudo, é preciso que o caso não seja descartado. Entram nessa categoria crianças que passaram por avaliação médica e não correspondem aos sinais e sintomas da síndrome.

No final de 2015, os estados passaram a elaborar seus próprios protocolos para definir o atendimento às famílias. Em Alagoas, o documento é de janeiro de 2016, um mês após o estado decretar situação de emergência para a epidemia do vírus.

Para um recém-nascido ser incluído na rede de assistência da política do zika, é preciso do chamado “laudo do radiologista sugestivo de anormalidade típica de zika” após o exame de tomografia. Há apenas dois aparelhos no estado. O de Maceió concentra os atendimentos da cidade com mais de 1 milhão de habitantes. O outro tomógrafo fica em Arapiraca, segundo maior município alagoano, com cerca de 230 mil habitantes e distante 131 quilômetros da

capital.

Na avaliação da infectologista Mardjane Nunes, do Hospital Escola Helvio Auto (HEHA), em Maceió, o poder público falhou ao estabelecer um padrão restrito de diagnóstico em um momento com poucas respostas sobre o vírus, o que deixou 45% dos casos notificados de fora do tratamento.

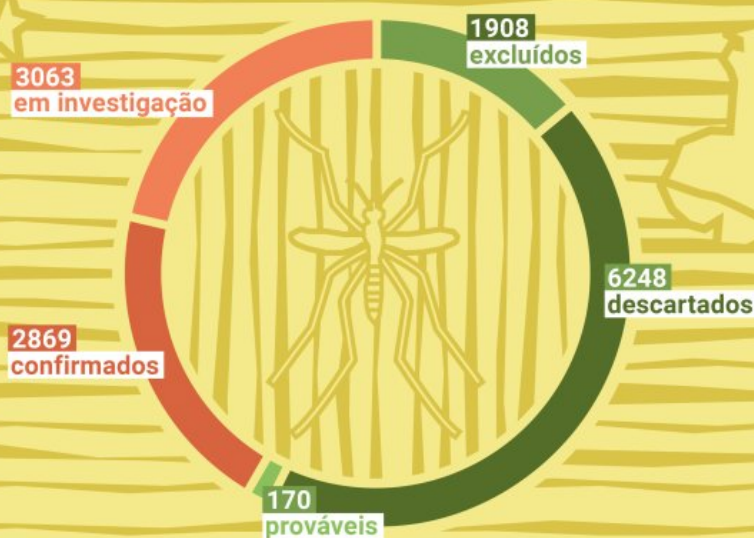
Zika: Do caso suspeito ao descartado

A epidemia do zika vírus no Brasil começou a ser monitorada pelo Ministério da Saúde em novembro de 2015, e o fim do estado de emergência pela doença foi decretado pela pasta em maio de 2017. Neste ano, foram registrados 15.586 casos prováveis de febre pelo vírus no País, ou seja, 7,6 casos a cada 100 mil habitantes. Destes, 6.679 (42,9%) foram confirmados. Em 2016, foram 205.578 casos prováveis e oito mortes pelo vírus confirmadas laboratorialmente.

Em relação às gestantes, foram registrados 2.112 casos prováveis desde o início do surto, sendo 674 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial.

Quanto aos bebês, desde 2015, o país registrou 14.258 recém-nascidos em risco para a síndrome congênita do zika. Desses, 2.869 foram confirmados como afetados pela síndrome, 170 foram classificados como casos prováveis para a síndrome, e 3.063 ainda se mantêm em investigação. Outros 6.248 recém-nascidos foram descartados e 1.908 excluídos, segundo o Ministério da Saúde. Descartados são aqueles com exames normais ou malformações não infecciosas. Excluídos são os que não se encaixam nessa definição. A média anual nacional de microcefalia de 2000 a 2014, por sua vez, era de 164 ocorrências.

CRIANÇAS COM CONSEQUÊNCIAS DO ZIKA NO BRASIL



Fonte: Ministério da Saúde. Dados de novembro de 2015 a julho de 2017

Casos suspeitos de síndrome congênita do zika no Brasil. (Arte: Luiz Henrique Lula/Especial para o HuffPost Brasil)

Mutirão dos negligenciados do zika

Diante das lacunas entre a burocracia e a realidade, um grupo de profissionais de Saúde e de outras áreas organizou um mutirão para reavaliar casos à margem da rede de assistência em Maceió. O trabalho voluntário começou a partir da busca de cerca de 80 casos considerados descartados. A procura se concentrou na capital e muitos bebês não foram localizados porque mudaram de endereço e as informações se perderam.

Em 8 de agosto, as famílias localizadas passaram por uma bateria de exames e consultas com uma equipe composta de fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e pediatra, além de avaliações auditivas e oftalmológicas. “Só de olhar o movimento você percebia que havia crianças que deveriam estar sendo acompanhadas e não estavam”, conta a infectologista Mardjane Nunes, do HEHA. “A gente vê como foi precipitado o descarte desses casos num momento em que a gente não sabia quase nada”, completa.

De 41 crianças identificadas pela equipe multidisciplinar em Maceió, 26 diagnósticos foram concluídos. Desse total, 38% dos casos tinham microcefalia, atraso no desenvolvimento ou alguma outra alteração. A análise das outras crianças ainda não foi finalizada. A intenção é que, ao final dessa revisão médica, seja enviado um relatório para a Secretaria de Saúde a fim de que elas voltem a ter acompanhamento adequado na rede pública de saúde.

O início da epidemia de zika em Alagoas

O HEHA, hospital ligado à Uncisal (Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas), é

referência para o tratamento de doenças infecciosas no estado e recebeu boa parte dos casos de enfermidades provocadas pelo *Aedes aegypti* na época da epidemia.

Em 2016, foram 886 casos notificados de zika no hospital. Neste ano, o número caiu para nove. O hospital não contabiliza os casos de 2015, quando o diagnóstico ainda não havia sido definido e, por isso, havia a classificação equivocada como dengue. No ano passado, Alagoas registrou 4.591 casos de zika, de acordo com a Secretaria de Saúde. Neste ano, o número despencou para 117, indicando o fim do surto.



Casos suspeitos de síndrome congênita do zika no Brasil. (Arte: Luiz Henrique Lula/Especial para o HuffPost Brasil)

Entre fevereiro e março de 2015, profissionais de saúde começaram a perceber quadros supostamente de dengue com sintomas diferentes. Na época, a Secretaria de Saúde emitiu um alerta para notificar suspeitas de dengue sem febre, diferente do diagnóstico comum até então. “A gente achava que era uma variação da dengue, mas na realidade, provavelmente, já era o zika circulando”, afirma Mardjane Nunes.

Alagoas enfrenta até hoje dificuldades de dar um diagnóstico laboratorial devido a limitações técnicas. Os alagoanos contam majoritariamente com o teste rápido, considerado insatisfatório para uma investigação de melhor qualidade sobre a infecção. Para detectá-la, é possível usar exames de PCR e sorológicos (IGM e IGG). O Laboratório Central (Lacen) conta apenas com o PCR.

De acordo com a médica, no início da crise, predominava um quadro mais leve nos atendimentos, de manchas no corpo, com febre baixa ou mesmo sem febre.

“A gente falava que zika não provocava tanta alteração como a dengue. Não tinha por que ter pânico. Quem mata é dengue. Chikungunya deixa sequela e a zika é uma doença branda. E de fato era isso para o adulto, mas a gente não sabia do potencial que tinha de alteração para o feto.”

As mudanças na notificação de casos de zika

O principal critério clínico usado para o alerta de saúde pública no Brasil foi a redução do tamanho da cabeça dos recém-nascidos — o chamado “perímetro cefálico” esperado para seu tempo de gestação. No início da epidemia, em 2015, o perímetro considerado regular era de 33 cm para um recém-nascido acima de 37 semanas. O tamanho foi reduzido para 32 cm, posteriormente.

Ainda em 2016, o critério que passou a ser adotado foi de 30,24 cm para meninas e 30,54 cm para meninos, em uma tentativa de padronização internacional pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que em fevereiro daquele ano declarou situação de emergência global pelos efeitos do vírus zika na gravidez.

O documento mais recente do Ministério da Saúde para notificar casos suspeitos da doença, publicado em dezembro de 2016, ampliou as possibilidades de notificação, incluindo, por exemplo, bebês com qualquer alteração neurológica.

Na prática, contudo, a realidade é outra devido à falta de informação de quem atende à população. Em 2016, Santana do Ipanema, a maior cidade do sertão alagoano, com quase 45 mil habitantes, registrou três casos de crianças que nasceram com alterações ortopédicas, mas sem microcefalia. “Foi um dilema convencer o médico de que tinha que fazer tomografia porque ele não se convenciu de que era uma suspeita de zika porque essa informação não está difundida”, aponta Mardjane Nunes.

“Não basta mandar uma cartinha para o profissional. Tem que monitorar. Não está notificando? Precisa treinar? As pessoas estão entendendo o que precisa ser feito? Vigilância é um trabalho contínuo e aqui a gente não está percebendo nenhum movimento em torno disso”, completa a infectologista.

Outro entrave é o passo seguinte à notificação, ou seja, qual atendimento tais crianças devem receber — o que é definido por cada estado. De acordo com o protocolo adotado em Alagoas, apenas recém-nascidos com perímetro cefálico inferior ao padrão devem ser encaminhadas para tomografia. Após essa etapa, só aqueles com laudo indicativo de sequelas pelo zika vão para estimulação precoce.

FLUXO DE ACOMPANHAMENTO DO RECÉM-NASCIDO COM MICROCEFALIA EM ALAGOAS



Fonte: Secretaria de Saúde de Alagoas

Atendimento de recém-nascido com suspeita de microcefalia em Alagoas. (Arte: Luiz Henrique Lula/Especial para o HuffPost Brasil)

Há um hiato entre novas descobertas sobre o zika e a incorporação das novidades nas políticas públicas. A Secretaria de Saúde de Alagoas tem discutido um novo protocolo, mas o texto ainda não foi fechado.

Uma sugestão de infectologistas é que a criança passe por um especialista antes de fazer a tomografia, a fim de evitar gastos desnecessários e a exposição do paciente à radiação, que pode aumentar a predisposição para o câncer, se o exame for feito mais de uma vez. Sem um novo protocolo e com lacunas na formação e sensibilização dos profissionais, mais crianças correm o risco de serem negligenciadas.

Marcella Fernandes

[Zika em Alagoas: As sequelas que ficarão para sempre, por Diego Iraheta](#)

Repórter Marcella Fernandes percorreu sertão alagoano em busca de mães e crianças que enfrentam as consequências da contaminação por zika.

[\(HuffPost Brasil, 11/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Elas foram esquecidas pelo Estado. Mães que foram contaminadas por zika vírus quando grávidas em regiões de saneamento deficiente. Crianças que nasceram com microcefalia, hidrocefalia e síndrome congênita do zika e sem acesso fácil à rede pública de saúde.

Em maio de 2017, [o Ministério da Saúde decretou fim de estado de emergência do zika no País](#). Mas para centenas de brasileiras, as sequelas ficarão para sempre.

O HuffPost Brasil conta a partir desta segunda-feira (11) o drama de mulheres do sertão alagoano que tiveram a vida transformada desde 2015, quando começou surto de zika no Nordeste. A série [Zika em Alagoas: Esquecidos pelo Estado](#) lança luzes sobre um problema que, se hoje não é mais considerado emergencial, pode comprometer uma geração de crianças que tiveram contato com o vírus descoberto há quase três anos.

A repórter Marcella Fernandes visitou municípios como Santana do Ipanema, Canapi e Inhapi, respectivamente a 206, 255 e 271 quilômetros de Maceió, capital de Alagoas. Ouviu as dificuldades das mães que passaram a viver em função do filho com a síndrome. E viu na prática os sacrifícios diários e as longas distâncias percorridas por elas em busca de tratamento para seus pequenos.

Supervisionada pela editora Andréa Martinelli, [a série traz dados inéditos sobre casos descartados para zika em Alagoas](#), que passaram por uma recente revisão com um resultado surpreendente. Também apresenta um diagnóstico das condições que levaram ao surto em 2015 ao mesmo tempo em que faz um prognóstico pouco otimista sobre a doença no Brasil invisível para as autoridades sanitárias.

Zika em Alagoas: Esquecidos pelo Estado é o primeiro grande esforço do HuffPost Brasil de desvelar problemas regionais graves de que a imprensa tradicional passa ao largo e por que o Estado pouco ou nada faz. Acreditamos que assim contribuímos tanto para perscrutar a realidade do País quanto para buscar soluções que possam melhorar, mesmo que só um pouco, a vida dos brasileiros.

Nosso agradecimento especial a Anis, Instituto de Bioética, autor do primeiro relatório sobre as vítimas do zika em Alagoas.

Diego Iraheta

[**Registro de microcefalia por zika é falho, aponta estudo da Anis**](#)

Estudo inédito coordenado pelo Instituto de Bioética Anis revela o desamparo enfrentado por mães e crianças vítimas da síndrome congênita da zika e chama a

atenção para a necessidade de se reavaliar os casos até agora descartados.

[\(UOL Notícias, 17/05/2017 - Acesse no site de origem\)](#)

O trabalho teve como ponto de partida os registros da doença em Alagoas, Estado que de acordo com estatísticas oficiais apresentava um número bem menor de casos da síndrome que os vizinhos Pernambuco e Paraíba.

Durante um mês, pesquisadores percorreram 21 municípios, em uma expedição de 800 quilômetros, e encontraram 54 famílias de crianças com registros suspeitos, confirmados e descartados de má-formação causada pelo zika. Relatos e números reunidos são de abandono.

Leia também: [Não se iludam: chance de o país ter novas epidemias de zika é bem real \(Folha de S.Paulo, 17/05/2017\)](#)

Uma em cada 4 crianças não tinha assistência farmacêutica. Quase metade (45%) não tinha acesso a transporte da prefeitura para ir a consultas especializadas e boa parte, mesmo reunindo requisitos, não recebia o Benefício de Prestação Continuada, concedido para crianças com a síndrome que vivem em famílias cuja renda per capita não ultrapassa um quarto de salário mínimo.

Extensão

“Até que se prove o contrário, os dados encontrados em Alagoas mostram que a mesma coisa pode estar acontecendo na Paraíba, em Pernambuco, na Bahia, na região do Sertão”, afirma a coordenadora do trabalho, a antropóloga Débora Diniz. Ela adverte que, se nada for feito, a situação de abandono pode piorar com a decretação do fim da situação de emergência para zika.

“A fábula do fim da epidemia não é realidade para essas mulheres e crianças. Para esse grupo, o zika ainda está presente. O mosquito não desapareceu do sertão.”

A expedição liderada por Débora trouxe à tona uma face da epidemia que não se reflete nas estatísticas. Dos 54 casos analisados pelo grupo, 5 foram descartados por serem nitidamente falhas de registro.

No grupo restante, de 49 crianças, 10 haviam sido descartados para síndrome congênita de zika por autoridades sanitárias. Na avaliação do grupo, de forma incorreta. “Todas reuniam características que apontavam síndrome.”

Ao contrário do que ocorre em outras partes do país, para o caso ser considerado confirmado em Alagoas, é necessário que a criança faça um exame de tomografia. O Estado, no entanto, conta apenas com dois aparelhos. A exigência, para o grupo, é considerada desnecessária e, sobretudo, um empecilho para que casos possam ser identificados.

“Radiologista não foi o profissional escolhido pela política nacional para fazer essa avaliação. A criança cujo exame deu inconclusivo não é encaminhada para outras especialidades”, observa Débora.

Talvez não seja à toa o fato de que o Estado tenha apresentado uma taxa de casos descartados duas vezes maior do que o da Bahia. Em Alagoas, são 22 crianças com diagnóstico descartado a cada 10 mil nascidos vivos. Na Bahia, são 11.

“Não tenho a menor dúvida de que o Estado brasileiro deve retornar a todos os casos descartados da epidemia. O que sabemos da epidemia agora não é o que sabíamos no início.” Ela pondera ainda que ao longo da epidemia os critérios para classificação dos casos mudou. “Com isso, não temos dados para fazer uma comparação da epidemia ao longo do tempo.”

Vidas por trás de números

Aos 26 anos, Juliana da Silva Lima não esconde a falta de esperança. Moradora de Maceió, três vezes por semana ela faz uma jornada de três horas de ônibus para levar a filha Maria Beatriz, com síndrome congênita por zika, para fazer estimulação precoce.

“São três horas para ir, três para voltar. Como não tenho com quem deixar, levo minha filha Yasmim, de 3 anos junto. Tenho pena, porque se ando 5 quarteirões, Yasmim também tem de andar. Não tenho como dar colo.”

O filho mais velho, Antonio Felipe, de 9 anos, há quase um ano teve de ir morar com a avó, no interior alagoano. “Não tinha como cuidar dele. A rotina mudou muito. Minha vida é cuidar de Maria Beatriz.”

A rotina fez com que a renda da família, já minguada, caísse ainda mais. “Fazia artesanato para vender na feira. Hoje, mal consigo cuidar da comida.” Com isso, a família conta apenas com salário de motorista do marido. A família entrou com pedido de BPC, mas não conseguiu.

“Nossa renda caiu. Sem falar no fato de que não encontro remédios no posto de graça para Maria Beatriz.” A menina faz uso contínuo de dois medicamentos. Um para conter as convulsões, outro para deixá-la mais calma. “Não consigo deixar de comprar na farmácia o da convulsão. O outro reduzo, de acordo com o que dá.”

A família prepara-se agora para entrar na Justiça, para garantir o direito do BPC. “Se tivesse os medicamentos gratuitos, o transporte, talvez conseguisse dar um jeito. Mas sem nada, precisamos do benefício.”

O secretário executivo do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, Alberto Beltrame, afirma que os benefícios estão sendo concedidos de acordo com os pedidos. “Dos 86 casos de microcefalia no Estado confirmados, foram autorizados 64 benefícios”, disse.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

[Acesse aqui a íntegra do estudo Zika em Alagoas - a urgência dos direitos.](#)

67,69% dos 37 mil registros de violência sexual contra crianças e adolescentes são meninas

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, por meio do Disque 100, recebeu 294 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes de Alagoas no último ano. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (17), na véspera do Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

[\(G1 AL, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Os casos desse tipo de crime podem ser bem maiores, já que o levantamento considera apenas os crimes denunciados pelo número de emergência em 2016.

Do total, foram 206 de abuso sexual, 80 de exploração sexual, 3 de pornografia infantil, 1 de sexting (divulgação de conteúdo por meio de celulares) e 2 classificados como “outros”, sem especificação.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev) informou que as denúncias encaminhadas ao Disque 100 são repassadas para os Conselhos Tutelares, que as encaminha à polícia.

A secretaria disse ainda que trabalha em conjunto com o Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares com ações contra o abuso e a exploração sexual infantil, que promove durante todo o ano ações educativas de conscientização e que nesta semana acontece um seminário sobre o tema para orientar profissionais que atuam na área.



Mais da metade dos casos denunciados em Alagoas é de abuso sexual (Foto: Reprodução/Globo News)

Dados nacionais

No Brasil, a ouvidoria recebeu mais de 37 mil casos de denúncias de violência sexual na faixa etária de 0 a 18 anos, o que corresponde a 10% das ligações feitas à central telefônica nos anos de 2015 e 2016. Os dados foram fornecidos pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sobre o perfil das vítimas, a maior parte delas são meninas (67,69%), seguida por meninos (16,52%) e não informados (15,79%). Cerca de 40% dos casos eram referentes a crianças de até 11 anos. As faixas etárias de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos correspondem, respectivamente, 30,3% e 20,09% das denúncias.

Os dados foram passados em uma ação realizada por cinco organizações sociais (Childhood Brasil, Fundação Abrinq, Liberta, Plan International Brasil e Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Elas se uniram para conscientizar a população sobre o 18 de maio.

“Enfrentar a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes é encerrar de frente o

desafio de uma mudança profunda em nossa cultura”, afirma Cláudia Vidigal, secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

“É um crime hediondo que muitas vezes é banalizado e quase naturalizado em nossa sociedade. Por isso, realizaremos seminários técnicos, campanhas e diversas ações nos quatro cantos do país para que todos possamos compor a rede de proteção da criança e do adolescente e participar do sistema de garantia de direitos”, expôs Cláudia.

Mulheres atingidas pelo Zika em AL são jovens, negras e com baixa escolaridade

Jovens, negras e indígenas, pouco escolarizadas e que estão fora do mercado do trabalho. Esse é o perfil das mulheres atingidas pelo vírus Zika em Alagoas, segundo pesquisa do Instituto de Bioética Anis apresentada hoje (17) na sede da Defensoria Pública do estado. O estudo aponta, ainda, que a maioria delas vivenciou a primeira gravidez ainda na adolescência.

[\(Agência Brasil, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Durante a investigação, foram percorridos mais de 800 quilômetros e 21 municípios alagoanos. Ao todo, foram entrevistadas 54 mulheres com crianças confirmadas ou descartadas pelos critérios vigentes para microcefalia. As regiões percorridas foram as do Agreste, Sertão, Alto Sertão e Litoral. A pesquisa foi realizada em dezembro de 2016, quando o Ministério da Saúde registrava 86 casos confirmados ou em investigação de síndrome congênita do Zika em Alagoas.

“Elas são, majoritariamente, adolescentes ou mulheres muito jovens, negras e indígenas, com pouca escolaridade, e integralmente dependentes das políticas sociais cada vez mais frágeis no país. Os números, narrativas e imagens aqui apresentados nos permitem assegurar que, se há algum paradoxo em curso na epidemia em Alagoas, é o do silêncio sobre seus efeitos para a vida das famílias e das mulheres, em particular”, disse.

Débora defende que há urgência na proteção de direitos de mulheres e crianças afetadas. Ela destaca que a estratégia de eliminar o mosquito vetor é uma medida urgente de saúde pública, mas avaliou que proteger os direitos e as necessidades de mulheres e crianças afetadas pela epidemia é algo ainda mais emergencial.

Números

A pesquisadora destacou que, no Nordeste, onde a epidemia foi registrada com maior força, há diferença na forma como os casos foram divulgados e tratados pela sociedade e o Poder Público em cada estado. Desde 2015, o Nordeste brasileiro aparece como uma espécie de epicentro global da epidemia do Zika, conforme classificou o próprio instituto Anis. O relatório do órgão aponta que, em abril de 2017, havia mais de 220 mil pessoas com registro de adoecimento pelo vírus na região.

Bebês com microcefalia estão sem remédio para convulsão há seis meses em AL

Os bebês que nasceram com microcefalia e apresentam problemas de convulsão estão há pelo menos seis meses sem receber a medicação para o tratamento do problema em Alagoas, relatam as famílias.

(UOL, 11/04/2017 - [acesse no site de origem](#))

O remédio Sabril (Vigabatrina) está em falta na farmácia do Estado. A caixa do remédio custa R\$ 300, e muitas famílias estão reduzindo as doses da medicação, pedindo ajuda a amigos e familiares ou mesmo deixando de dar o remédio. A Secretaria do Estado afirma que será feita uma compra emergencial do medicamento.

Leia mais: [Impacto de longo prazo do zika no País pode chegar a R\\$ 36 bi \(Estadão.com, 06/04/2017\)](#)

Anne Carolina Rosa é mãe do pequeno Moisés, de um ano e dois meses, e conta que está dando doses menores que as receitadas por falta de dinheiro.

“A caixa vem 60 comprimidos, e a médica passou para dar um comprimido pela manhã e uma metade à noite. Como não tenho dinheiro, estou dando só a dose da manhã”, explica a moradora de Maceió.

Rosa conta que já cansou de procurar a farmácia do Estado em busca do remédio –sempre sem resposta positiva.

“Desde dos oito meses dele que vou na Farmácia do Estado e dizem que não chegou, que não tem previsão. Ele toma dois remédios, o outro é bem mais barato, custa R\$ 16, aí eu posso comprar. Mas Sabril não dá”, afirma.

Rosigleide Silva também tem um filho de um ano e dois meses e conta que precisou pedir ajuda para comprar o medicamento no mês passado. “Eu não fui a farmácia do Estado porque sei que não tem, mas vou fazer também meu cadastro para receber quando chegar”, conta.

Tratamento prejudicado

Segundo a neuropediatra Adriana Saldivar, que acompanha bebês com microcefalia na Associação Pestalozzi de Maceió, não há remédios que substituam o Sabril com os mesmos efeitos e qualidade.

“Ele é um remédio para a da Síndrome de West, que é um tipo de epilepsia grave e que grande parte das crianças vem desenvolvendo”, afirmou. “Existem alguns remédios que usamos no

lugar, mas que têm mais riscos e menos efetividade”, complementa.

Segundo ela, a medicação é fundamental para o desenvolvimento das crianças. “A falta tem prejudicado muito. Quando o pai não tem condições, tenho que trocar pelo que é possível. Mas a falta desse remédio leva a piora clínica do paciente porque você tem um plano a seguir com o remédio. Quando falta, acontece uma regressão de desenvolvimento, que já é ruim”, alega.

Compra emergencial

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde não informa o porquê da falta por tanto tempo e diz apenas que está em um processo de aquisição emergencial do medicamento.

Apesar de não haver indicação médica, a Secretaria defende que, até a chegada do medicamento, os pacientes peçam aos médicos e tomem outras medicações.

“A Sesau esclarece, no entanto, que as mães dos pacientes com microcefalia podem solicitar aos médicos que prescrevam, ao invés do Sabril, os medicamentos Lamotrigina, Topiramato ou Gabatentina, que também são anticonvulsivantes e estão disponíveis no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf) de Alagoas”, diz.

Carlos Madeiro Colaboração para o UOL, em Maceió

A Roda de Diálogos: “Leituras Contemporâneas sobre Imaginário, Sociedade, Racismo e Empreendedorismo” - Maceió/AL, 21/02/2017

Dia 21 de fevereiro, das 9 às 13 horas, o Instituto Raízes de Áfricas, com apoio do governo do estado de Alagoas promove a Roda de Diálogos: “Leituras Contemporâneas sobre Imaginário, Sociedade, Racismo e Empreendedorismo”, das 9 às 13h, na Sala dos Conselhos do Palácio República dos Palmares, em Maceió, AL.

(Cada Minuto, 19/02/2017 - acesse no site de origem)

Com uma programação diversificada a Roda tem como objetivo propiciar a escuta e troca de experiências, redefinindo e redimensionando a questão racial na sociedade, dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas, consubstanciando o debate racial com foco na abordagem da sustentabilidade social, econômica, cultural e espacial.

Na abertura da atividade teremos a militante jovem negra, Mirian Soares realizando uma performance afro-poética-artística, como também a exibição de depoimentos do Documentário

Abayomi, idealizado pelo Instituto Raízes de Áfricas e produzido pela TVE Alagoas, que serão comentados por Arísia Barros, Fernanda Monteiro e Mirian Soares.

O convidado que vem de fora é Giovanni Harvey, consultor em Políticas Públicas, Programas e Projetos de Ações Afirmativas, diretor da Incubadora Afro Brasileira e ex-secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Programação

9h- Abertura da Roda de Diálogos

9h20- Apresentação afro-artística: Eu, poemando- Mirian Sousa- ativista da juventude negra, em Alagoas.

9h30- Exibição do Documentário Abayomi- (Instituto Raízes de Áfricas - TV Educativa-AL)

Múltiplos diálogos sobre racismo, com Arísia Barros, alagoana, faz o exercício cotidiano do ativismo social preto-político, nas Alagoas de Palmares e Fernanda Monteiro, presidente PMDB Afro Alagoas.

-Apresentando Abayomi, a boneca

10h30- Roda de Diálogos: Leituras Contemporâneas sobre Imaginário, Sociedade, Racismo e Empreendedorismo-

Giovanni Harvey- consultor em Políticas Públicas, Programas e Projetos de Ações Afirmativas, diretor da Incubadora Afro Brasileira e ex-secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

11h30- Diálogo ampliado

13h30- Lanche/Encerramento

Para se inscrever basta enviar um e-mail, com nome, instituição, contato para raizesdeafricas@gmail.com, ou arisia.barros@gmail.com

Inscreva-se logo, pois as vagas são limitadas.

Haverá certificação.

Mais informações: (82) 3231-4201-98827-3656

[Registros de zika no Rio indicam epidemia](#)

Estado chega a mais de 300 casos por 100 mil habitantes; mortes por chikungunya disparam e Nordeste preocupa

[\(Estadão, 17/09/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

No meio dos Jogos Olímpicos, o Rio tornou-se o primeiro Estado do Sudeste a registrar oficialmente epidemia de zika - mais de 300 casos por 100 mil habitantes. É o que mostra o mais recente boletim do Ministério da Saúde, que aponta ainda que, entre as doenças mais transmitidas atualmente pelo *Aedes aegypti*, a que mais preocupa é a febre chikungunya.

Até 13 de agosto, foram registrados 196.976 casos prováveis de zika no País (taxa de incidência de 96,3 casos por 100 mil habitantes), distribuídos em 2.277 municípios. Acabaram confirmados 101.851 casos. A Região Centro-Oeste apresentou a maior taxa de incidência: 188,1 casos/100 mil habitantes. Entre as unidades da federação com registro de epidemia estão Mato Grosso (652,9 casos/100 mil habitantes), Bahia (328,2 casos/100 mil) e Rio (363,6 casos/100 mil). As menores taxas estão no Sul: Santa Catarina (1,3 por 100 mil, com apenas 86 casos relatados) e Rio Grande do Sul (2,3/100 mil).

Em 2016, foram confirmadas laboratorialmente três mortes por zika: 2 no Rio e 1 no Espírito Santo. O Estado que recebeu a Olimpíada ainda responde por praticamente 1 em cada três casos confirmados no País: 60.176. Como só foi relatada transmissão autóctone de febre pelo vírus zika no País a partir de abril de 2015, não é possível fazer comparações. Em relação às gestantes, foram registrados 16.264 casos prováveis, sendo 8.904 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial, segundo o ministério.

Chikungunya. Ao comparar os dados com o boletim anterior, do início de julho, chama a atenção o avanço da febre chikungunya. Foram identificados 53 novos óbitos, levando para 91 os registros em 2016 - ante 6 em todo o ano passado. Em 2015, foram registrados no País 38.332 casos prováveis da febre (incidência de 18,7 casos/100 mil habitantes), distribuídos em 696 municípios, dos quais 13.236 foram confirmados. Em 2016, até 13 de agosto, foram registrados 216.102 relatos prováveis de chikungunya (taxa de incidência de 105,7 casos/100 mil), distribuídos em 2.248 municípios. Desses, 102.638 casos foram confirmados.

No momento, a Região Nordeste, marcada no fim do ano passado pela epidemia de zika, agora enfrenta problemas com a chikungunya, com 335,6 casos/100 mil habitantes. Entre as unidades da federação, preocupam Rio Grande do Norte (649,1 casos/100 mil), Pernambuco (434,7) e Alagoas (397,9).

Dengue. Já o avanço da dengue no País apresenta ritmo lento. O número de casos deste ano - 1.426.005 - já é inferior ao do mesmo período de 2015 - 1.479.950 casos.

[Lacen já realiza exame que detecta zika vírus](#)

(Gazeta de Alagoas, 05/07/2016) Avanço. Alagoas recebeu 3 mil kits para análise de casos suspeitos.

Os profissionais do Laboratório Central de Saúde Pública de Alagoas (Lacen/AL) já estão fazendo os exames que detectam a dengue, zika e chikungunya. Desde dezembro do ano passado que eles, junto com outros servidores da Saúde, estão recebendo treinamento para utilizar os kits de biologia molecular e sorologia distribuídos pelo Ministério da Saúde.

“Recebemos 3 mil kits e já demos início ao trabalho”, revelou, ontem, o gerente geral do Lacen/AL, biólogo Magliones Carneiro de Lima. Um dos primeiros benefícios do trabalho do Lacen é evitar que os exames de Alagoas continuem sendo enviados para o Instituto Evandro Chagas, no estado do Pará, onde era feito o diagnóstico.



Como referência nacional, aquele instituto recebe demanda de todo País, o que explica o atraso na emissão de resultados. Tanto que exames enviados de Alagoas entre janeiro e fevereiro últimos ainda não estão prontos.

Agora, o prazo de diagnóstico será em média de quatro dias. Mas isso não significa que o Lacen estará disponível para fazer exames de todos os casos suspeitos de zika ou chikungunya, atualmente as maiores preocupações da saúde pública em Alagoas e no País.

Acesse o site de origem: [Lacen já realiza exame que detecta zika vírus \(Gazeta de Alagoas, 05/07/2016\)](#)

Técnicos vão utilizar sistema que vai mapear crianças com microcefalia

(Gazeta Web, 04/07/2016) Sistema servirá para o acompanhamento de casos suspeitos ou confirmados de microcefalia.

Técnicos da vigilância epidemiológica de centros confirmadores, de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasfs), de Centros de Referência e profissionais da atenção básica, responsáveis pela alimentação dos dados no Sistema de Registro de Atendimento às Crianças com Microcefalia (Siram), irão utilizar um sistema que vai mapear crianças com a suspeita ou confirmação da doença.

A apresentação do sistema foi feita no Centro de Referência Integrada de Arapiraca (Cria) pela apoiadora do Ministério da Saúde em Alagoas, Sônia Moura. A apoiadora técnica do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (Cosems), Kathleen Moura, afirmou que o sistema está baseado na web e tem acesso restrito a gestores, profissionais de saúde e digitadores.



Técnicos participam de treinamento sobre sistema que vai mapear crianças com microcefalia FOTO: ASSESSORIA COSEMS

“Possui capacidade de adaptação a diversos dispositivos, a exemplo de computadores, tablets e smartphones. O objetivo é mapear o acompanhamento das crianças com diagnóstico de microcefalia em serviços públicos e nos realizados na esfera suplementar”, reforçou a assessora técnica do Cosems.

A representante do MS, Sônia Moura apresentou o sistema aos técnicos, ressaltando que irá funcionar nacionalmente e servirá para registrar e analisar dados relacionados ao acompanhamento de casos suspeitos ou confirmados de microcefalia.

As crianças notificadas no Registro de Eventos em Saúde Pública (Resp), o Sistema buscará as informações já disponíveis sobre esses casos e, se ainda não estiverem notificadas, no primeiro atendimento serão coletadas todas as informações necessárias para a identificação e localização delas. O Sistema permitirá tanto o registro do atendimento prestado como do profissional responsável por ele.

A responsável pela Supervisão de Cuidados à Pessoa com Deficiência (Suped), Renata Bulhões, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), apresentou a ocorrência dos casos de microcefalia em Alagoas, com destaque para os municípios da 2ª Macro; situação epidemiológica no Estado e serviços de referência para a região.

Renata relatou sobre a nota técnica Normas e Rotinas dos Setores Componentes do Fluxo da Assistência a Crianças com Microcefalia e outras alterações neurológicas em Alagoas. As informações sobre a data de liberação para o início de utilização/atualização do Sistema pelas maternidades e/ou outros serviços serão informadas, em data a definir, pela Sesau.

Acesse o site de origem: [Técnicos vão utilizar sistema que vai mapear crianças com](#)

[microcefalia \(Gazeta Web, 04/07/2016\)](#)